



O Estado de S. Paulo – 08 Mar 2004

Do que, afinal, o governo corre atrás?

POR FALTA DE FOCO A ADMINISTRAÇÃO PERDE TEMPO PRECIOSO DO MANDATO LULA

De salvar o Zé Dirceu? De abafar CPIs? De ganhar eleições municipais? De fazer reforma política? De garantir o "centro da meta"? De agradar aos credores? De reconstruir o Haiti? De reformar o FMI? De dobrar os americanos na Alca? De sustentar o Mercosul? De brigar na OMC? De negociar com a União Européia? De consolidar o Grupo dos 20, ou dos 19, ou dos 22? De "fechar" com a China e com a Índia? De ajudar Kirchner e Chávez?

De dinamizar a economia?

Já deu para ver que o presidente Lula poderia estar gritando, à moda de Ricardo III, de Shakespeare, "meu reino por um foco".

No ano passado o foco foi imposto de fora para dentro: evitar, a qualquer preço, que suspeitas e desconfianças, no mundo e no Brasil, a respeito de Lula e do PT, desaguassem em desastre financeiro de proporções incontroláveis. Sem espaço para impor sua personalidade na administração da economia, o governo Lula "fechou" com o manual do FMI de maneira mais realista que o rei.

Neste ano, até porque a tática deu certo, ampliou-se o espaço para iniciativas com a trade mark do PT. Abriu-se o leque de escolhas na área econômica, e a elas vêm se apresentando sofregamente as várias correntes do partido, cada qual reivindicando primazia. Isso explica muito da balbúrdia no discurso e nas ações, principalmente entre os membros do governo egressos do PT.

Considerando que restam três anos de mandato e, na prática, apenas dois, para que Lula apresente governança eficaz e serviço positivo (se quiser continuar no poder), o foco a ser buscado freneticamente tem de ser a retomada do crescimento.

Mas isso o governo tem buscado, diria o leitor.

Pouco. Sem muita concentração e, principalmente, sem método. Talvez fosse recomendável que o presidente Lula fizesse uma espécie de "retiro" espiritual, durante 30 dias, para tratar só desse assunto. Neste período seriam proibidas de entrar na sua sala quaisquer pessoas que não fossem tratar exclusivamente de como retomar o crescimento econômico em bases sólidas.

O roteiro de trabalho não é ignorado e parte da premissa lógica de que crescimento em bases sólidas exige investimento continuado, garantido e crescente. Isso só pode vir de recursos públicos e dos agentes privados, nacionais e estrangeiros. É o óbvio ululante, diria um leitor do saudoso Nelson Rodrigues. Bom, mas não parece estar sendo um óbvio lulante!, uma vez que não se percebe ação concatenada e eficaz para aumentar as disponibilidades de investimento no setor público, de maneira segura, e, também, a disposição de investir, da área privada.

No setor público é preciso um tratamento nos gastos - das suas três instâncias - com o objetivo de que cresçam em ritmo menor do que o crescimento das receitas, já que é politicamente inviável cortá-los abruptamente. O aumento do spread entre gastos e receitas tem de ficar transparente para todo mundo que examine as contas públicas, pois o que se vê agora é o contrário, o gasto crescendo mais do que a receita. O aumento da dívida pública em relação ao PIB é resultado disso.

Em segundo lugar, é preciso trabalhar firme na área dos juros. Cada ponto porcentual de queda da Selic redundará em liberação significativa de recursos públicos para investimento. O Banco Central sabe disso, mas parece não entender bem a importância político-estratégica de liberar recursos públicos para investimento. O longo prazo do BC é de 12 meses, no máximo, e sua preocupação é sopesar as "expectativas" inflacionárias para esse prazo. Com a "meta" fixa (5,5% até o fim do ano), o prazo vai se encurtando. Agora, já é de nove meses e a "meta" já estourou, uma vez que não dá para manter a inflação em 0,376% ao mês a partir de abril. Ainda mais agora, com os preços internacionais de diversas commodities sendo "puxados" pela



síndrome da China (atual menina dos olhos dos investidores internacionais - e embrião da próxima grande "bolha").

Em todo caso, se o governo conseguir convencer "seu" Meirelles a retomar a política de queda gradual da Selic, o ministro Palocci talvez possa estruturar, para o ano que vem, a sua criativa (e válida) intenção de montar o tal orçamento anticíclico, em que o superávit fiscal funcione como instrumento de política econômica de fato, e não como bastão "amansa credor". Alguma coisa inovadora tem de ser proposta e discutida, porque não dá para ficar oferecendo à população, nas palavras de Palocci, 10 ou 20 anos de arrocho para que a relação dívida/PIB passe a inspirar segurança aos investidores. Os brasileiros idosos de hoje não desfrutarão, e os que são jovens estarão velhos para se alegrar com o término (se houver) do sufoco.

A maior esperança possível, hoje, está no investimento privado.

O governo já tem régua e compasso para atraí-lo, mas titubeia. Bernard Appy, secretário-executivo do Ministério da Fazenda, numa entrevista a Cláudia Bomtempo, na semana passada, na rede Globo, desfiou sua convicção de que o projeto das PPPs, a MP 144 do modelo elétrico, o "pacote" da construção civil, enfim, as iniciativas da chamada "agenda positiva" redundarão em reanimação dos investimentos privados, em setores fundamentais. No caso da energia elétrica isso é importantíssimo, seja pela necessidade urgente, seja pelo efeito indireto de atrair e estimular outros investimentos em todos os setores da economia. Apesar das críticas à MP 144, surgidas após sua aprovação pelo Senado, principalmente dos setores de distribuição e comercialização, a reação que mais interessava, ou seja, a dos investidores em energia, representados por Claudio Sales, não foi hostil e dependendo das emendas a serem aprovadas nesta terça-feira pode se tornar positiva.

Mas, além disso, é preciso pôr para a frente, com firme decisão, a várias vezes mencionada, mas ainda nebulosa, "agenda microeconômica". Todo cidadão deste país que pretenda iniciar uma empresa com menos, digamos, de R\$ 100 mil de capital precisa ter um horizonte de tempo completamente limpo de burocracia, peso fiscal, encargos trabalhistas, enfim, da mão pesada dos governos federal, estadual e municipal. Deve apenas comunicar que o que pretende fazer não oferece riscos à saúde, ao meio ambiente e ao interesse público e sujeitar-se à fiscalização para verificação daquilo que comunicou.

Terá um prazo definido em lei, conforme sua atividade, para entrar nos regimes fiscal, trabalhista, etc. Seria oportuno que pudesse contar com financiamento barato, mas barato mesmo, de capital de giro, como já está existindo em alguma medida nos bancos populares.

Tudo isso seria muito melhor para o PT, para o Brasil, para todos nós, para o governo, do que ficar esmolando favores do senador José Sarney e do matreiro PMDB para livrar-se canhestamente de ligação com falcatruas praticadas pelo terceiro escalão sob cobertura do segundo.